

Sumário

| | |
|------------------------------|----|
| Prefácio | |
| Donaldo Armelin | 17 |

| | |
|------------------|----|
| Introdução | 21 |
|------------------|----|

Capítulo 1

| | |
|--|----|
| O conceito de coisa julgada | 27 |
| 1.1 A falta de consenso doutrinário sobre o conceito de coisa julgada .. | 27 |
| 1.2 O conceito de coisa julgada | 28 |
| 1.2.1 A coisa julgada como situação jurídica | 29 |
| 1.2.2 A coisa julgada como proibição do exercício da mesma atividade jurisdicional | 34 |
| 1.2.3 A coisa julgada e o objeto do processo | 37 |
| 1.2.4 As técnicas processuais utilizadas pelo legislador para impedir a repetição do exercício da mesma atividade jurisdicional sobre o mesmo objeto | 46 |
| 1.2.4.1 A proibição de repetição da demanda | 46 |
| 1.2.4.2 A imutabilidade do conteúdo da decisão judicial em processos futuros | 48 |
| 1.3 Os atos jurídicos acobertáveis pela autoridade da coisa julgada | 52 |
| 1.4 Algumas observações críticas sobre os dispositivos legais que conceituam a coisa julgada civil | 55 |
| 1.4.1 A Lei de Introdução ao Código Civil | 55 |
| 1.4.2 O artigo 467 do Código de Processo Civil | 57 |
| 1.4.3 Os §§1º e 3º do artigo 301 do Código de Processo Civil | 62 |

Capítulo 2

| | |
|---|----|
| Os aspectos históricos e doutrinários sobre a coisa julgada | 65 |
| 2.1 A origem da coisa julgada na regra <i>bis de eadem re ne sit actio</i> | 65 |
| 2.2 A coisa julgada relacionada com a <i>litis contestatio</i> e com a <i>sententia</i> romana | 66 |
| 2.3 A coisa julgada e a verdade (teoria da ficção da verdade e teoria da presunção da verdade) | 70 |
| 2.4 A coisa julgada e a força legal substancial da sentença | 73 |
| 2.5 A coisa julgada como causa de extinção do direito de ação | 74 |
| 2.6 A coisa julgada e os efeitos da sentença | 77 |
| 2.7 A coisa julgada como qualidade dos efeitos da sentença | 84 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 2.7.1 | A polêmica entre Carnelutti e Liebman sobre o conceito de coisa julgada | 90 |
| 2.8 | A coisa julgada e o conteúdo da sentença | 94 |
| 2.9 | Conclusão | 104 |

Capítulo 3

| | |
|--|-----|
| A função jurídico-política da coisa julgada | 107 |
| 3.1 Introdução | 107 |
| 3.2 A coisa julgada e a jurisdição: uma visão teleológica | 107 |
| 3.3 A coisa julgada, o princípio da segurança jurídica, a manutenção do Estado democrático de direito e as garantias constitucionais ... | 111 |
| 3.4 A coisa julgada e a harmonia dos julgados | 117 |
| 3.5 A coisa julgada e a economia processual | 118 |
| 3.6 A coisa julgada como finalidade central do processo | 118 |
| 3.7 Conclusão | 119 |

Capítulo 4

| | |
|--|-----|
| Uma nova perspectiva sobre o conceito e as hipóteses de coisa julgada formal | 121 |
| 4.1 A colocação do tema | 121 |
| 4.2 O conceito tradicional de coisa julgada formal e o critério de distinção desta em relação à coisa julgada material | 122 |
| 4.3 A nossa crítica ao conceito tradicional de coisa julgada formal | 124 |
| 4.3.1 A coisa julgada como imutabilidade da decisão judicial em processos futuros | 124 |
| 4.3.2 A confusão conceitual entre preclusão de decisões judiciais e coisa julgada formal | 125 |
| 4.4 A identificação das situações jurídicas que possam ser chamadas de coisa julgada formal | 135 |
| 4.5 A nossa interpretação do artigo 268 do Código de Processo Civil | 139 |
| 4.6 A coisa julgada formal e as condições da ação | 141 |
| 4.7 A coisa julgada formal e os pressupostos processuais | 151 |
| 4.8 O abandono do processo e a desistência da ação | 162 |
| 4.9 A litispendência, a coisa julgada e a perempção | 163 |
| 4.10 O nosso conceito de coisa julgada formal | 167 |

Capítulo 5

| | |
|--|-----|
| A coisa julgada, os pressupostos processuais e as condições da ação ... | 171 |
| 5.1 Introdução | 171 |
| 5.2 A coisa julgada não se identifica com o mérito | 172 |
| 5.3 A coisa julgada não se identifica com os pressupostos processuais .. | 172 |
| 5.4 A coisa julgada como condição da ação: o interesse de agir | 175 |

Capítulo 6

| | |
|---|-----|
| A teoria substancial e a teoria processual da coisa julgada | 179 |
| 6.1 A colocação do tema | 179 |
| 6.2 A teoria substancial e a teoria processual da coisa julgada | 181 |

Capítulo 7

| | |
|--|-----|
| A função negativa e a função positiva da coisa julgada | 185 |
| 7.1 Introdução | 185 |
| 7.2 A função negativa da coisa julgada | 185 |
| 7.3 A função positiva da coisa julgada | 186 |

Capítulo 8

| | |
|--|-----|
| Os limites objetivos da coisa julgada | 191 |
| 8.1 Introdução | 191 |
| 8.2 A coisa julgada e o relatório da sentença | 192 |
| 8.3 A coisa julgada e os fundamentos da decisão judicial | 193 |
| 8.3.1 Os argumentos a favor da extensão da coisa julgada aos fundamentos da decisão judicial | 193 |
| 8.3.2 Os argumentos a favor da restrição da coisa julgada ao dispositivo da decisão judicial | 197 |
| 8.4 O artigo 469 do Código de Processo Civil | 200 |
| 8.5 A nossa posição sobre a extensão objetiva da coisa julgada | 206 |
| 8.6 A coisa julgada e o dispositivo da decisão judicial | 210 |
| 8.7 A eficácia preclusiva da coisa julgada | 219 |
| 8.8 A coisa julgada e a assistência | 222 |
| 8.8.1 O conceito de “justiça da decisão” | 223 |
| 8.8.2 A justiça da decisão e a assistência litisconsorcial | 225 |

Capítulo 9

| | |
|--|-----|
| Os limites subjetivos da coisa julgada | 229 |
| 9.1 Introdução | 229 |
| 9.2 A distinção e a correlação entre os limites subjetivos da coisa julgada e os efeitos da sentença perante terceiros | 230 |
| 9.3 A regra geral sobre os limites subjetivos da coisa julgada | 232 |
| 9.4 A finalidade da limitação subjetiva da coisa julgada às partes | 233 |
| 9.5 A coisa julgada e as partes | 235 |
| 9.5.1 O conceito de parte | 235 |
| 9.5.2 O conceito de parte legítima e de legitimação extraordinária | 237 |
| 9.5.3 Os demandantes (litisconsorte, oponente, nomeado, chamado, denunciado à lide, substituto processual e sucessor) | 240 |
| 9.5.4 A coisa julgada e o assistente | 241 |
| 9.5.5 A coisa julgada nas ações relativas ao estado das pessoas | 242 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 9.6 | A coisa julgada e os terceiros | 243 |
| 9.6.1 | O conceito de terceiros | 243 |
| 9.6.2 | Os terceiros: legitimidade e interesse | 244 |
| 9.6.3 | A classificação dos terceiros | 248 |
| 9.6.4 | Os terceiros que são alcançados pela coisa julgada | 249 |
| 9.6.4.1 | O substituído processual | 250 |
| 9.6.4.2 | A substituição processual outorgada em função da predominância do interesse público | 253 |
| 9.6.4.3 | A substituição processual concorrente outorgada em decorrência da comunhão de direitos ou conexão de interesses nos casos de uniformidade da decisão (litisconsórcio facultativo unitário) | 254 |
| 9.6.4.4 | A substituição processual outorgada em função da vinculação do direito questionado a um terceiro | 264 |
| 9.6.5 | A coisa julgada e a solidariedade | 266 |
| 9.6.6 | A coisa julgada e a sucessão | 270 |
| 9.7 | Conclusão | 273 |

Capítulo 10

| | |
|---|-----|
| A coisa julgada e as decisões interlocutórias | 275 |
| 10.1 O conceito de sentença e de decisão interlocutória | 275 |
| 10.2 A coisa julgada <i>formal</i> e as decisões interlocutórias | 278 |
| 10.3 A coisa julgada <i>material</i> e as decisões interlocutórias de mérito | 279 |

Capítulo 11

| | |
|--|-----|
| A coisa julgada e a atividade cognitiva | 285 |
| 11.1 A atividade cognitiva e o processo sincrético | 285 |
| 11.2 A coisa julgada e a cognição vertical | 287 |
| 11.3 A coisa julgada e as relações jurídicas continuativas (ação de alimentos) | 292 |
| 11.4 A coisa julgada e o mandado de segurança | 299 |

Capítulo 12

| | |
|---|-----|
| A coisa julgada e a atividade executiva | 305 |
| 12.1 Esclarecimentos terminológicos | 305 |
| 12.2 Os fundamentos teóricos da coisa julgada executiva | 306 |
| 12.2.1 A execução como função jurisdicional | 306 |
| 12.2.2 O mérito na execução | 310 |
| 12.3 A coisa julgada material na execução: as hipóteses do artigo 794 do Código de Processo Civil | 311 |
| 12.4 A coisa julgada formal no processo de execução | 315 |
| 12.5 A coisa julgada e a objeção de pré-executividade | 317 |
| 12.6 Conclusão | 320 |

Capítulo 13

| | |
|---|-----|
| A coisa julgada e a atividade cautelar | 321 |
| 13.1 A atividade cautelar e o processo autônomo | 321 |
| 13.2 As características do processo cautelar: instrumentalidade, provisori- riedade, acessoriedade, revogabilidade e autonomia | 322 |
| 13.3 Uma breve análise dos motivos apresentados pelos doutrinadores da atualidade para negar a existência de coisa julgada no processo cautelar | 324 |
| 13.4 A autonomia do processo cautelar e a coisa julgada | 327 |
| 13.4.1 A finalidade da atividade jurisdicional cautelar | 328 |
| 13.4.2 O mérito no processo cautelar | 328 |
| 13.5 A coisa julgada cautelar | 329 |

Capítulo 14

| | |
|--|-----|
| A coisa julgada e a jurisdição voluntária | 335 |
| 14.1 A dificuldade do tema | 335 |
| 14.2 A natureza jurisdicional da "jurisdição voluntária" | 336 |
| 14.3 A coisa julgada e a jurisdição voluntária | 343 |

Capítulo 15

| | |
|---|-----|
| A desconstituição da coisa julgada | 355 |
| 15.1 A desconstituição da coisa julgada | 355 |
| 15.1.1 A ação rescisória | 355 |
| 15.1.2 A ação anulatória | 357 |
| 15.1.3 A impugnação do devedor, prevista no artigo 475-L, inciso I, do Código de Processo Civil | 361 |
| 15.1.4 A impugnação do devedor baseada na inconstitucionalidade da coisa julgada (art. 475-L, parágrafo único, do Código de Processo Civil) | 363 |

Capítulo 16

| | |
|--|-----|
| A chamada relativização da coisa julgada | 371 |
| 16.1 A chamada relativização da coisa julgada: sua origem e fundamentos | 371 |
| 16.2 A inexistência de novidade na tese da chamada relativização da coisa julgada | 374 |
| 16.3 A coisa julgada e a justiça das decisões | 377 |
| 16.4 A coisa julgada e a inconstitucionalidade das decisões | 386 |
| 16.5 A chamada relativização da coisa julgada constitui verdadeira desconsideração da coisa julgada | 387 |
| 16.6 Os perigos dessa tendência | 388 |
| 16.7 Os exemplos citados pelos doutrinadores para a chamada relativização da coisa julgada | 389 |

| | | |
|------|--|-----|
| 16.8 | A interpretação mais abrangente das hipóteses de cabimento da ação rescisória e da interpretação do termo inicial do prazo para o ajuizamento dessa ação | 394 |
| 16.9 | Conclusão | 395 |

Capítulo 17

| | |
|---|-----|
| A coisa julgada tributária | 397 |
| 17.1 A coisa julgada e a relação jurídico-tributária | 397 |
| 17.1.1 A relação entre o direito material e o processo | 398 |
| 17.1.2 As espécies de relação jurídico-tributária: instantânea e continuativa | 399 |
| 17.1.3 As espécies de relação jurídico-tributária, o objeto do processo e os limites objetivos da coisa julgada | 400 |
| 17.1.4 A Súmula 239 do Supremo Tribunal Federal | 405 |
| 17.2 A coisa julgada tributária e a jurisdição constitucional | 411 |
| 17.2.1 O cabimento da ação rescisória para desconstituir a decisão acobertada pela coisa julgada em desarmonia com a Constituição Federal | 414 |
| 17.2.2 O tipo de controle de constitucionalidade apto a embasar a ação rescisória | 418 |
| 17.2.3 A relação entre o conteúdo do julgamento de controle de constitucionalidade e o cabimento da ação rescisória | 419 |

Capítulo 18

| | |
|---|-----|
| A coisa julgada nas ações que veiculam direitos metaindividuais | 421 |
| 18.1 O surgimento dos direitos metaindividuais e sua disciplina jurídica . | 421 |
| 18.2 A abrangência do Código de Defesa do Consumidor na disciplina da coisa julgada nas ações coletivas | 422 |
| 18.3 A coisa julgada nas ações coletivas | 423 |
| 18.3.1 Os direitos metaindividuais e os limites subjetivos da coisa julgada . | 424 |
| 18.3.2 Os limites subjetivos da coisa julgada e o problema da competência para propositura das ações coletivas | 426 |
| 18.4 A coisa julgada segundo o resultado do processo | 429 |
| 18.4.1 As pessoas legitimadas para propor a nova ação no caso de improcedência do pedido por insuficiência de provas | 430 |
| 18.4.2 A improcedência do pedido por insuficiência de provas | 431 |
| 18.4.3 A necessidade de nova prova para repropositura da ação coletiva julgada improcedente por insuficiência de provas | 433 |
| 18.5 A relação entre a coisa julgada nas ações coletivas e os direitos e interesses individuais | 435 |
| 18.6 Os efeitos das decisões proferidas com base nos artigos 13 e 16 da Lei da Ação Civil Pública sobre os direitos individuais | 436 |

Capítulo 19

| | |
|---|-----|
| A coisa julgada e a arbitragem | 439 |
| 19.1 Introdução | 439 |
| 19.2 A natureza jurisdicional da arbitragem | 440 |
| 19.2.1 Da inaptidão do critério subjetivo para identificação da atividade jurisdicional | 441 |
| 19.2.2 Do critério objetivo como elemento identificador da atividade jurisdicional | 442 |
| 19.2.3 A análise da natureza jurisdicional da arbitragem em face da Lei nº 9.307/96 | 447 |
| 19.3 O mérito no processo arbitral | 449 |
| 19.4 A coisa julgada na arbitragem | 450 |
| Referências | 453 |